

OPINIÃO

ISMAEL ALMEIDA

É CONSULTOR POLÍTICO

O petróleo é deles.
A conta é nossa

Desde a criação da Petrobrás em 1953, inaugurada sob o mote “O petróleo é nosso”, que o Brasil sonha com a autossuficiência na produção de combustíveis. Os defensores dessa tese sustentavam que isso ocorreria através do monopólio estatal sobre a exploração das atividades da indústria petrolífera. Isso foi assegurado na Lei 2.004, de 1953, que deixou à iniciativa privada a permissão de explorar apenas a distribuição dos combustíveis.

No entanto, anos mais tarde, a lei 9.478 de 1997 estabeleceu o fim do monopólio da União no setor e permitiu a abertura do mercado para que outras empresas explorassem o recurso no Brasil. Mas na prática, a Petrobrás continuou com o monopólio da exploração.

O fato de ser uma empresa de economia mista lhe garantiu o recebimento de grandes investimentos públicos e privados. Isso a tornou tão poderosa que, de certa forma, inibiu a chegada de novos entrantes no mercado. Poucas empresas toparam enfrentar essa concorrência direta com uma empresa onde a União é a acionista majoritária com 50,3% das ações ordinárias com direito a voto.

No entanto, essa maioria controlada pelo Governo não impede que a atuação da Petrobrás continue sendo pautada pelos interesses dos acionistas privados, que visam apenas o lucro, ignorando o fato de que a estatal também tem um objeto social.

Lembremos que a lei 9478 colocou entre os objetivos da Política Energética Nacional a proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. A referida lei também criou a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e lhe deu a atribuição de fiscalizar o cumprimento desses objetivos. Mas parece não haver ninguém preocupado com isso.

Na verdade, essa crise atual é consequência de alguns fatores: atuação da Petrobrás apenas para garantir os lucros dos seus acionistas; governos que se negam a reduzir impostos em tempos de crise; distribuidoras e postos que não repassam ao consumidor as eventuais reduções de tributos feitas pelos governos e; a baixa capacidade de refino do país.

Esse último ponto merece destaque. O Brasil é exportador de petróleo, mas importa derivados, especialmente o óleo diesel. Isso porque o parque de refino do país é insuficiente para atender a demanda nacional e a integração global das cadeias do setor, e por isso tem que importar combustível para abastecer todos os postos do país. Essa deficiência na capacidade de refino aumentou a nossa exposição aos impactos da variação de preços internacionais.

No entanto, os poucos esforços feitos nesse sentido foram sabotados pela corrupção. Projetos de novas refinarias, como a Comperj, no Rio de Janeiro, e Abreu e Lima, em Pernambuco, foram arruinados pela ação de laráprios descobertos pela Operação Lava Jato. O fracasso dessas iniciativas reforça a importância de retomar o processo de venda das refinarias da Petrobrás, de forma que o investimento privado possa potencializar a nossa capacidade de refino.

É evidente que uma empresa como a Petrobrás está sujeita aos choques de crises internacionais. A guerra entre a Rússia e Ucrânia jogou o valor do barril de petróleo a níveis estratosféricos nos últimos meses, impactando os preços no Brasil devido à Política de Paridade de Preço Internacional (PPI), adotada desde o Governo Michel Temer, e apontada por alguns como a causa do problema.

Mas isso não exige os governos de atuarem de maneira mais incisiva para controlar a situação nesse momento. E não falo de intervencionismo, de medidas populistas como congelamento de preços, algo que teria o efeito inverso ao desejado, como já se fez no passado. Existem algumas ações possíveis, sobretudo se tomadas de forma conjunta, que podem minimizar os impactos da crise.

Se o petróleo é mesmo nosso, é preciso que os lucros da Petrobrás, sobretudo os auferidos com a alta dos preços, sejam também utilizados para amortecer o impacto nos nossos bolsos. Os Estados, que aumentaram sua arrecadação com a alta dos combustíveis, também poderiam dar sua parcela de contribuição revertendo parte dessa arrecadação em programas que aliviem o custo do combustível, principalmente para aqueles mais vulneráveis a essas variações.



EDITAL DE PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO – CREFITO-17

A PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 17ª REGIÃO - CREFITO-17, Autarquia Federal instituída pela Lei Federal nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, devidamente constituída conforme a Portaria nº 4, de 7 de janeiro de 2022, torna público o resultado final das eleições do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 17ª Região, tendo o maior número de votos válidos, não computados os brancos e nulos, sido obtido pela Chapa nº 01 - "RENOVAÇÃO COM RESPONSABILIDADE", composta pelos seguintes profissionais candidatos a Conselheiros Efetivos e Suplentes, respectivamente: Andrezza Marques Duque, CREFITO-17 nº 10.341-TO; Érika Hiratuka Soares, CREFITO-17 nº 6.341-TO; Gessica Uruga Oliveira, CREFITO-17 nº 155.578-F; Jader Pereira de Farias Neto, CREFITO-17 nº 82.621-F; Lucas Moraes Rego, CREFITO-17 nº 41.719-F; Marcela Ralim de Carvalho Deda Costa, CREFITO-17 nº 139.662-F; Mylena Maria Salgueiro Santana, CREFITO-17 nº 175.601-F; Patrícia Lins da Silva, CREFITO-17 nº 9.958-TO; Thiago Silveira Prado Santos, CREFITO-17 nº 45.044-F; Alysson Paulino Menezes Santana, CREFITO-17 nº 78.348-F; Carlos José Oliveira de Matos, CREFITO-17 nº 29.344-F; Danilo de Menezes Araújo, CREFITO-17 nº 18.434-TO; Elaene dos Santos Silva, CREFITO-17 nº 19.139-TO; Emmanoel Aragão Sampaio, CREFITO-17 nº 89.428-F; Lucas Silva Rezende, CREFITO-17 nº 167.674-F; Marcelo Nunes da Silva, CREFITO-17 nº 80.835-F; Valécia Dória de Azevedo Fontes, CREFITO-17 nº 19.178-TO; Valter Joviniano da Santana Filho, CREFITO-17 nº 71.028-F.

Dra. Thais Costa Silva Barreto
Presidente da Comissão Eleitoral do CREFITO-17

Bolsonaro e Lula são
"vidraça" em debate

Candidatos protagonizam embates e são alvo preferido de adversários

O primeiro debate para as eleições presidenciais colocou frente a frente, na noite deste domingo (28), os candidatos mais bem posicionados nas pesquisas de intenção de voto para a disputa pelo Palácio do Planalto a 35 dias do primeiro turno. Assuntos como políticas públicas para as mulheres, combate à corrupção, economia e educação estiveram no centro das falas dos presidenciais. O debate foi organizado em pool pelos veículos Folha de S. Paulo, UOL, Bandeirantes e Cultura, e durou quase três horas.

O presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que juntos concentram cerca de 80% das intenções de voto nas pesquisas, protagonizaram embates e foram os principais alvos dos adversários.

O esperado confronto da dupla ocorreu logo na primeira possibilidade de interação entre os candidatos. Por sorteio, Bolsonaro foi o primeiro selecionado a perguntar e escolheu Lula para debater sobre casos de corrupção envolvendo a Petrobras.

O atual presidente disse que a estatal se endividou em R\$ 900 bilhões em consequência de malfeitos da gestão petista. “O povo nordestino sofreu por falta d’água por causa de corrupção do seu governo”, disse. “Lula, você quer voltar ao poder para quê? Para continuar fazendo a mesma coisa na Petrobras?”, questionou.

“Era preciso ser ele a me perguntar e sabia que essa pergunta viria”, afirmou Lula, que chamou os números apresentados pelo adversário de “mentirosos”. Em sua resposta, o petista aproveitou o mesmo roteiro usado na sabatina ao Jornal Nacional, ao lembrar de medidas de fiscalização e controle implementadas durante sua gestão.

“Não teve nenhum presidente que fez mais investigação para que se apurasse corrupção do que fizemos. E é importante deixar claro que nós fizemos o Portal da Transparência, a fiscalização da CGU, a Lei de Acesso à Informação, a Lei Anticorrupção, a Lei contra o Crime Organizado, a Lei contra Lavagem de Dinheiro, colocamos a AGU no combate à corrupção, fizemos o Coaf funcionar em [investigações sobre] movimentações bancárias atípicas”, respondeu.

Na réplica, Bolsonaro acusou Lula de ter tido o “governo mais corrupto da história do Brasil” em uma gestão que classificou como “cleptocracia – um governo feito à base de roubo”. Lula, na tréplica, disse que a Petrobras ganhou seu tamanho em sua gestão, e na sequência conduziu seu discurso para uma comparação entre conquistas econômicas dos dois governos.

“O presidente precisava saber meu governo é marcado pela maior política de inclusão social, pela maior geração de emprego, pelo

maior aumento de salário mínimo, pelo maior investimento na agricultura familiar, pelo maior investimento na criação da Lei Geral da Pequena Empresa, pela criação do Simples”, declarou.

Bolsonaro e Lula também se enfrentaram em discussão sobre o programa de transferência de renda de R\$ 600,00 mensais – hoje chamado de Auxílio Brasil pelo governo Bolsonaro, mas que Lula promete retomar como Bolsa Família caso vença a eleição. Os dois defendem que os repasses no volume atual se mantêm a partir de janeiro do ano que vem.

“No momento, o Auxílio Brasil é de R\$ 600,00 e nós vamos manter esse valor a partir do ano que vem. Logicamente, esse auxílio se aproxima do mínimo necessário para a pessoa sobreviver: sair da linha da pobreza de forma mais concreta. De onde tirar dinheiro? Tenho acertado com a equipe econômica e conversado com eles, dentro da responsabilidade fiscal”, disse Bolsonaro.

O presidente disse, ainda, que conseguirá os recursos necessários para garantir o pagamento do benefício “não roubando”. “Não metendo a mão no bolso do povo”, afirmou. Uma das ideias ventiladas pelo candidato seria utilizar recursos de empresas estatais.

Já Lula lembrou que a manutenção do Auxílio Brasil “turbinado” não está previsto na Lei de Diretrizes Orçamen-

tárias sancionada por Bolsonaro. “Significa que existe uma mentira no ar. Não está na LDO a manutenção dos R\$ 600,00”, afirmou. O petista argumentou que os repasses têm que ser feitos concomitantemente a uma política que gere crescimento econômico, empregos e oportunidades para a população.

Polarização na mira

A corrupção foi o principal tema usado por adversários para atingir a campanha de Lula, mencionada inclusive em momentos em que o petista não fazia parte das interações. Este foi o caso de Ciro Gomes (PDT), Simone Tebet (MDB), Soraya Thronicke (União Brasil) e Felipe d’Avila (Novo).

Nas oportunidades que teve, Lula manteve o discurso de que os casos foram descobertos graças à autonomia garantida aos órgãos de fiscalização e controle. O petista também atacou Bolsonaro por impor sigilo de 100 anos a informações relacionadas à sua gestão, pelo Orçamento Secreto, e buscou associar a gestão do adversário a casos de corrupção.

Em interação com a candidata Simone Tebet, que acabou protagonista na CPI da Covid do Senado Federal, questionou se foram descobertos escândalos envolvendo a atual gestão. “Eu queria que a senhora dissesse: houve ou não corrupção no processo de tratamento da Covid?”.

Simone e Soraya rebatem ataques de Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro foi encurralado pelas duas únicas candidatas à Presidência presentes no debate promovido em conjunto pela Band, pela TV Cultura, pelo UOL e a Folha de S.Paulo nesse domingo (28). Simone Tebet (MDB) e Soraya Thronicke (União) rea-

giram ao ataque de Bolsonaro à jornalista Vera Magalhães, a quem chamou de “vergonha do jornalismo brasileiro” por ter feito uma pergunta sobre vacina a Ciro Gomes (PDT). De acordo com as pesquisas, o eleitorado feminino é o que mais rejeita Bolsonaro.

Simone Tebet saiu em defesa da jornalista e acusou o presidente de agredir as mulheres. O presidente retrucou: “A senhora é uma vergonha para o Senado, não vem com essa historinha de que eu ataco mulheres, de se vitimizar”. Soraya Thronicke,

então, fez desagravo a Vera Magalhães. “Quando eu vejo homem sendo tchutchuca com outros homens e ser tigrão pra cima das mulheres e não aceito”, afirmou a senadora, que rompeu com Bolsonaro após ter sido vice-líder de seu governo.

André Janones e Ricardo Salles batem boca

O deputado federal André Janones (Avante) e o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles bateram boca durante o debate presidencial, que foi ao ar no domingo (28), na TV Band. Os dois estavam na plateia e trocaram ofensas aos gri-

tos. Em um dos momentos, a briga evoluiu para ataque físico e eles tiveram que ser apartados.

Janones que chegou a lançar o nome para candidato à Presidência da República, desistiu de concorrer ao cargo e declarou apoio a Lula. Desde

então tem subido o tom nas redes sociais contra o governo Bolsonaro. Salles, por outro lado, é apresentado por outro lado é apresentado por Bolsonaro como um de seus candidatos preferidos. Ambos concorrem ao cargo de deputado federal.

Depois desta confusão, houve outra. Durante uma entrevista que concedia para explicar o motivo da briga, Janones foi provocado por outro candidato a deputado bolsonarista que interrompeu a entrevista gritando “Não chora, Danone”.

APÓS DESONERAÇÃO

Brasil tem 37ª gasolina mais cara

Com a continuidade da queda no preço da gasolina, após a desoneração do ICMS e com o recente recuo no preço do petróleo no mercado internacional, o Brasil subiu para a 37ª posição em um ranking que compara o valor do combustível em 167 países e territórios. O país ganhou 4 posições desde o fim de junho, quando era o 41º da lista. Há 5 meses, no auge dos reflexos da invasão da Rússia à Ucrânia, o Brasil chegou a ser o 115º da lista.

O preço médio da gasolina despencou de R\$ 7,39 o litro no fim de junho para R\$ 5,89 no fim de julho, segundo o levantamento semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), impulsionado pela redução no ICMS. De julho pra cá, o preço do petróleo continuou sua trajetória de queda no mercado internacional, o que fez a Petrobras (PETR3; PETR4) reduzir três vezes o preço da gasolina, e o preço médio do combustível chegou a R\$ 5,40.

37ª posição

O ranking da globalpetrolprices.com usa o preço do litro da ANP com uma semana de defasagem (R\$ 5,40), além de uma cotação de US\$ 1 = R\$ 5,16. Com isso, o valor da gasolina brasileira considerado no levantamento foi de US\$ 1,046 por litro. O Brasil está atualmente ao lado de países como Maldivas (R\$ 5,37 ou US\$ 1,04) e Emirados Árabes Unidos (R\$ 5,51 ou US\$ 1,07).

Apesar de ter melhorado no ranking, o país ainda está muito longe da promessa feita pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), no dia 15, após uma das reduções nos preços cobrados pela Petrobras, de que “brevemente teremos uma das ‘gasolinas’ mais baratas do mundo”.

A gasolina mais barata do mundo continua sendo a da Venezuela (R\$ 0,11 por litro ou US 0,02), país que tem uma das maiores reservas de petróleo e cuja economia depende completamente da commodity.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 295/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Terapia Renal Substitutiva (hemodiálise, diálise peritoneal e hemoperfusão) para pacientes internados nas Unidades de Alta Complexidade da Rede Estadual de Saúde, que são portadores de insuficiência renal aguda ou crônica agudizada e intoxicações exógenas, com indicação clínica de realização dos procedimentos à beira do leito hospitalar.

PROCESSO DE COMPRAS N.º: 8707/2022

DATA DE ABERTURA: 13/09/2022 às 09h.

NO SÍTIO: www.comprasgovernamentais.gov.br.

BASE LEGAL: Leis Federais n.ºs 10.520/2002 e 8.666/1993. Leis Estaduais n.ºs 5.848/2006, 8.234, de 05.07.2017, 8.747/2020 e 8.866/2021. Decretos Estaduais n.º 26.531/2009, 26.533/2009 e 30.785, de 28.08.2017. Decreto Federal 10.024/2019.

PARECER JURÍDICO: 3216/2022 – PGE.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.comprasnet.se.gov.br ou pregoasaude.03@gmail.com ou www.saude.se.gov.br.

ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria de Estado da Saúde - (79) 3226-8326. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Aracaju, 25 de agosto de 2022.

KETHELLY MYLLENA OLIVEIRA SOUZA
Pregoeira/SES